



Editorial

A presente edição de *Pistis & Praxis* pretende ser uma homenagem do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), por ocasião do seu cinquentenário.

Sem prejuízo para outras agendas e perspectivas, o Vaticano II foi — no dizer de seus protagonistas, já em sua primeira sessão (1962) — um “concílio da Igreja sobre a Igreja”, realizando a seu modo o que antevira, em 1926, Otto Dibelius, ao afirmar que o século XX seria o “século da Igreja”.

Ao debruçar-se sobre a Igreja, em seu mistério fontal, em sua estrutura histórico-social, em seu horizonte escatológico, e em suas múltiplas relações com a sociedade e a história, o Concílio não podia deixar de considerar a questão dos ministérios. Na extensa e complexa produção do Vaticano II, de fato, o tema dos ministérios ocupa — no interior da eclesiologia conciliar — um lugar significativo, ainda que segundo, subordinado aos grandes temas da Revelação Divina, da Sagrada Liturgia, da Missão da Igreja no mundo.

A constituição dogmática *Lumen gentium* dedica especificamente ao tema dos ministérios ordenados todo seu capítulo II, ao qual se ligam organicamente os decretos *Christus Dominus* (sobre o episcopado) e *Presbyterorum ordinis* (sobre o presbiterado); o diaconato, abordado formalmente em *Lumen gentium* 29, não foi objeto de um correlativo decreto próprio. Aos ministérios não ordenados, por outro lado, fazem-se referências pontuais em vários documentos conciliares.

Erio Castellucci abre o dossiê com a apresentação dos mais significativos “Modelos de ministério sacerdotal na história”. Considera suas origens neotestamentárias e seus desenvolvimentos teológico-pastorais posteriores, relacionando criticamente cada um deles com o ensinamento do Concílio, especialmente o decreto *Presbyterorum ordinis*.

Alphonse Borras faz um balanço teológico do restabelecimento do diaconato permanente no artigo “O diaconato cinquenta anos após o Concílio”. Com base no que ele chama de *théologie de fortune*, perceptível em mais de um texto do Vaticano II, analisa tanto as afirmações conciliares, quanto os aportes dos documentos ulteriores sobre o tema, concluindo que o destino do diaconato está totalmente nas mãos das Igrejas locais.

Joseph Famerée lança a indagação “Os ministérios segundo o Vaticano II: um avanço ecumênico?”. Ele argumenta positivamente que a *Lumen gentium* prestou um grande serviço ecumênico, reforçado pelo decreto *Unitatis redintegratio*. Destaca, nesse sentido, o fato de a *Lumen gentium* abrir-se com um capítulo sobre a origem e o mistério trinitários da Igreja, de apresentar de um capítulo sobre o povo de Deus em seu conjunto antes de abordar os ministérios ordenados e o laicato, e de afirmar a natureza sacramental do episcopado, com seu enraizamento na sucessão apostólica e seu caráter colegial. Essa abordagem permite ao Concílio ressaltar os laços que unem a Igreja católica com as demais Igrejas e Comunidades cristãs, avançando na via da unidade dos cristãos.

Karl-Heinz Memke trata do “Concílio Vaticano II, a concepção tríplice do único sacramento da Ordem e a indagação sobre o diaconato feminino”. Reflete sobre aspectos históricos da relação entre diaconato, presbiterado e episcopado, a partir de problemas teológicos postos pela questão da possibilidade da ordenação diaconal de mulheres. Considera que a representação sacramental de Cristo seja a chave interpretativa das afirmações do Concílio Vaticano II a respeito do problema.

Lubomir Žak destaca a “Atualidade da eclesiologia fundamental da *Lumen gentium*”, cuja releitura em chave cristológico-trinitária projeta luzes sobre o tema dos ministérios, entre outros. O autor interpreta a constituição dogmática à luz da Revelação de Deus Trino em Jesus Cristo e utiliza a noção de “símbolo real” de Karl Rahner para explicitar a tematização eclesiológica do documento.

Encerrando o dossiê, Antonio José de Almeida trata da premente necessidade de “Presbíteros para as comunidades sem eucaristia: em busca de propostas concretas e corajosas”. Partindo de dados estatísticos e com base nas propostas de F. Lobinger, bispo emérito de Aliwal (África do Sul), argumenta que há comunidades maduras e integradas na Igreja local, nas quais leigos assumem — com adequado acompanhamento e formação — diversos ministérios. Dentre tais lideranças, poderiam ser escolhidos candidatos à ordenação presbiteral, na perspectiva de um novo modelo de exercício ministerial, em equipe com outros presbíteros “comunitários”; podendo ser solteiros ou casados; conciliando o exercício de uma profissão civil com o serviço pastoral *part-time* à comunidade.

A abordagem de um tema conciliar — como, no caso, os ministérios — é, além de outras considerações, uma contribuição de *Pistis & Praxis* à ativa recepção do Concílio Ecumênico Vaticano II em nossos dias. Assim, vamos também ao encontro dos propósitos de Papa Francisco ao proclamar o Jubileu extraordinário da Misericórdia:

A Igreja sente a necessidade de manter vivo aquele acontecimento. Começava então, para ela, um percurso novo da sua história. Os Padres, reunidos no Concílio, tinham sentido forte, como um verdadeiro sopro do Espírito, a exigência de falar de Deus aos homens do seu tempo de modo mais compreensível. Derrubadas as muralhas que, por demasiado tempo, tinham encerrado a Igreja numa cidadela privilegiada, chegara o tempo de anunciar o Evangelho de maneira nova. Uma nova etapa na evangelização de sempre. Um novo compromisso para todos os cristãos de testemunharem, com mais entusiasmo e convicção, a sua fé. A Igreja sentia a responsabilidade de ser, no mundo, o sinal vivo do amor do Pai (*Misericordiae vultus* n. 6).

Além do dossiê temático, quatro artigos ilustram esta edição, em outros horizontes teóricos e práticos. Elton Moreira Quadros e Jorge Miranda de Almeida caracterizam “As formas da experiência mística: especulativa, mistérica e profética”, demonstrando a importância da mística para uma compreensão efetiva do conhecimento humano, que ultrapassa a pura racionalidade técnico-instrumental.

Já Eunice S. L. Gomes, Ramon S. S. da Fonseca e Jonas P. A. Raimundo apresentam suas “Reflexões sobre o Ofício Divino à luz do Documento de Aparecida” numa interessante discussão sobre a relação do Ofício Divino com o sacerdócio comum do Povo de Deus e as expressões latino-americanas de realização da Liturgia das Horas.

Ludmila G. Freitas partilha seu estudo sobre “Graça, fé e caridade: notas sobre o livre-arbítrio e a salvação no pensamento jesuítico” no contexto da Reforma Católica. A autora trata dos elementos soteriológicos presentes nos textos fundadores da Companhia de Jesus e da contribuição de Luis de Molina para a teologia da graça, demonstrando como tais elementos impulsionaram a missão dos jesuítas a partir do século XVI.

Disposto ao diálogo com a teologia, Edelcio Ottaviani discorre sobre “Espiritualidade e política”. Partindo da realidade brasileira, o autor pondera que uma adequada reforma política requer uma verdadeira “conversão” em nível de valores e posturas, com um novo arranjo espiritual-antropológico dos sujeitos. Sua argumentação se apóia em Hanna Arendt e Michel Foucault, ensaiando uma aproximação entre ética, política e espiritualidade.

Prof. Dr. Antonio José de Almeida

Prof. Dr. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Prof. Dr. Marcial Maçaneiro

Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR